

Universidade de São Paulo
Departamento de Ciência Política

Compreendendo a motivação estatal em contribuir para operações de paz

Kaiutan Venerando Ruiz da Silveira
Mestrando em Ciência Política da Universidade de São Paulo

Trabalho preparado para apresentação no
VIII Seminário Discente da Pós-Graduação
em Ciência Política da USP, de 9 a 11 de
maio de 2018.

São Paulo

2018

Compreendendo a motivação estatal em contribuir para operações de paz

Resumo: O que leva um país contribuir com soldados e recursos para operações de paz das Nações Unidas? Objetivando compreender as motivações brasileiras na participação nas operações de paz em Moçambique e Angola durante os anos 1990, o presente texto traz os principais motivos presentes na literatura que explicam por que os países, inclusive o Brasil, contribuem para missões de paz das Nações Unidas. Dessa forma busca-se demarcar o melhor modelo explicativo a ser utilizado na análise das operações acima citadas. Assim, são analisados dois grandes eixos explicativos. No primeiro, de caráter sistêmico, analisa-se como as correntes realista e liberal compreendem a contribuição estatal para missões de paz evidenciando suas qualidades e deficiências. O segundo eixo, relacionado à Análise de Política Externa, aponta como fatores não-sistêmicos (opinião pública, mídia, burocracias estatais, perfil da liderança e o papel do Congresso Nacional) também influenciam nessa tomada de decisão. Por fim, busca-se compreender o melhor modo de se analisar as motivações brasileiras nas operações de paz. Argumenta-se que a principal dificuldade das proposições presentes na literatura é não considerar o processo decisório de tomada de decisão e a conjuntura na qual este ocorreu. Ao reconhecer a importância desse fator percebe-se que os pontos levantados durante o texto não são mutuamente excludentes, mas sim, estão presentes na tomada de decisão em graus variados de relevância. Portanto, uma vez que o processo decisório brasileiro é *ad hoc*, apenas através da compreensão da conjuntura específica do período da decisão é que se pode empregar os fatores explicativos contidos na literatura.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Operações de Paz; Processo Decisório.

Compreendendo a motivação estatal em contribuir para operações de paz

1 – Introdução

As operações de paz das Organização das Nações Unidas (ONU) podem ser consideradas um dos mecanismos mais importantes na promoção da paz e segurança internacional, tornando-se uma das faces mais visíveis da organização (UZIEL, 2015; FONTOURA, 2005; KENKEL, 2013). Fruto da necessidade de se contornar a paralisação do Conselho de Segurança (CSNU) durante a Crise de Suez em 1956, desde então as operações de paz ampliaram sua abrangência geográfica, assumindo novas responsabilidades e objetivos, aumentando o tamanho dos seus contingentes militares e civis e afetando cada vez mais países, seja os Estados Anfitriões que recebem as operações em seus territórios, seja aqueles que contribuem com tropas e observadores.

Em relação à contribuição para operações de paz, o Brasil pode ser considerado um importante e histórico contribuinte de tropas e observadores, tanto que o país esteve presente na primeira missão de paz no Egito, *United Nations Emergency Force – UNEF I* (1956-1966). Essa relação brasileira com as missões de paz também é exemplificada pelas importantes participações do país nas operações em Moçambique (1992-1994), Angola (1995-1997), Timor-Leste (1999-2005), Líbano (início em 2011) e, principalmente, na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), na qual, além de maior contribuinte de tropas, o Brasil exerceu também o comando militar durante toda a vigência da operação (UZIEL, 2015). No geral, cerca de 50 operações de paz das Nações Unidas contaram com algum tipo de participação brasileira, algo em torno de 70% do total de missões autorizadas pela ONU (HAMANN, 2015).

Essa importante presença do país em missões de paz fomentou grande número de análises acerca da relação entre Política Externa Brasileira (PEB) e a participação do país em operações de paz da ONU. Nessa literatura, uma das ideias mais bem estabelecidas é que as operações de paz são utilizadas pela diplomacia brasileira como instrumento para se alcançar determinados objetivos internacionais (MIYAMOTO, 2008; UZIEL, 2015; NASSER, 2012; BRACEY, 2010). Assim, a participação em missões de paz não é vista

como um fim em si mesma, mas sim, como um recurso utilizado pela diplomacia nacional na obtenção de metas no âmbito internacional.

Dessa consideração surge um questionamento: se as operações de paz estão sendo instrumentalizadas pela PEB, é possível que os objetivos propostos estão sendo alcançados? Em outras palavras, a participação em operações de paz, entendida como instrumento de política externa, pode ser considerada um mecanismo útil na promoção internacional do Brasil? Não é comum para as Análises de Política Externa fazerem avaliações das políticas internacionais dos países, mas, uma vez que a Política Externa é uma Política Pública como qualquer outra (MILANI, PINHEIRO, 2013), ela também deve estar sujeita a avaliações de custo e benefício, eficácia e eficiência, por exemplo. Uma ação internacional tão custosa para o orçamento público e que demanda tamanho empenho de diversos ministérios (como é o caso do envio de tropas) deve ser avaliada para saber se alcançou seus objetivos, isto é, se é um instrumento de política externa eficaz e se deve ser utilizado novamente.

A ideia de se avaliar a ação internacional do Estado é válida, mas sua realização não é simples. Surge o seguinte problema: como avaliar se uma determinada ação de Política Externa implementada no âmbito internacional foi eficaz? Quais parâmetros utilizar para fazer tal avaliação? Parece razoável afirmar que a maneira mais segura de se avaliar a eficácia de uma participação brasileira em uma operação de paz é pautar a avaliação através dos objetivos do próprio Estado Brasileiro em relação à contribuição. Com isso, no momento em que o analista reconhece os objetivos do Estado com as missões, a avaliação ocorrerá em bases comuns e poderá, inclusive, questionar a própria avaliação do Estado brasileiro em relação às operações de paz pois parte-se de uma mesma base de comparação. Nesse sentido, entende-se que seja necessário primeiramente estabelecer quais são as motivações e objetivos brasileiros em participar da operação de paz para, a partir disso, estabelecer indicadores que revelem a eficácia da participação em missões de paz como instrumento de política externa.

Ao assumir essa perspectiva, faz-se mister identificar quais são os objetivos e motivações do país em participar em operações de paz. Esse é o objetivo do presente texto. Procura-se aqui verificar na literatura as principais motivações e objetivos dos Estados em geral, e do Brasil especificamente, que expliquem a contribuição de tropas e

observadores para operações de paz da ONU para posteriormente determinar o melhor modelo explicativo para as motivações brasileiras em participar de operações de paz. Nessa análise, será avaliada a capacidade desses itens de serem aplicados no caso brasileiro, mais especificamente nas operações de paz realizadas em Moçambique e Angola durante a década de 1990.

Nesse intuito, o texto descreve duas grandes áreas de análise nas quais essas motivações podem ser alocadas. Primeiramente, uma perspectiva sistêmica discute como as correntes liberal e realista compreendem a contribuição estatal para operações de paz. Em seguida, através de uma perspectiva mais relacionada à Análise de Política Externa, considera-se diferentes fatores não-sistêmicos que podem contribuir no entendimento dessas motivações: ação das burocracias, opinião pública e mídia, perfil da liderança e papel do parlamento.

Por fim, a última seção procura concatenar as informações adquiridas ao longo do texto na tentativa de estabelecer o melhor modelo que explique as motivações brasileiras para participação em operações de paz.

2 – As correntes no nível sistêmico

2.1 - A corrente liberal

A corrente liberal e a corrente realista dividem as proposições e ideias que buscam explicar as motivações dos países em participar de operações de paz através de uma perspectiva sistêmica das relações internacionais. Laura Neack (1995) afirma que a corrente liberal, ou de acordo com a autora a ‘corrente idealista’, crê que o envolvimento dos Estados em operações de paz transcende seus interesses nacionais, e pode inclusive chocar-se com eles. A participação nessas missões decorreria de uma obrigação inerente aos Estados de proteger a paz e a segurança internacionais assim como de proteger as normas e os valores internacionais (NEACK, 1999, p. 183).

Os principais apontamentos levantados por essa corrente liberal podem ser divididas em dois grandes grupos: 1) promoção de valores e normas internacionais; e 2) interesse humanitário em participar de operações de paz.

2.1.1 – Os valores internacionais na corrente liberal

Em relação aos valores internacionais, estes estão relacionados à promoção da paz e segurança internacional, assim como de outros princípios caros ao sistema internacional como a soberania e não-intervenção, por exemplo. Assim, a busca pela paz levaria os Estados a participarem de operações de paz.

Uma das possíveis formas de se compreender os valores internacionais como motivação dos Estados em participar de operações de paz é através da ideia de bens públicos puros. Como explicam Bobrow e Boyer (1997), bens públicos puros são aqueles cujo consumo por um indivíduo não interfere no consumo dos demais e cujo acesso é acessível a todos sem restrição (BOBROW, BOYER, 1997, p. 725). A partir desse conceito, os autores argumentam que vários órgãos que lidam com Operações de Paz creem na ideia de que essas missões são provedoras de bens públicos puros como a paz, o fim dos conflitos e a criação de um ambiente internacional mais propenso à negociação e à diplomacia. Nesse sentido, aqueles que associam a paz internacional à um bem público puro entendem que a motivação maior dos contribuintes é a criação desse ambiente mais estável e benéfico a todos.

Contudo, Neack (1999, p. 188) critica a corrente liberal ao afirmar que os valores internacionais utilizados para explicar a contribuição estatal para operações de paz não moldam todas as ações dos Estados no âmbito internacional sendo, na realidade, conflitantes com outras ações desses países. Se os países, inclusive as potências médias tão relevantes para as operações de paz, estivessem comprometidas com a paz mundial e o fim dos conflitos armados no mundo, estes não seriam também grandes vendedores de armas para regiões de conflitos, assim, é incoerente que um país comprometido com a paz internacional seja um grande vendedor de armamento (NEACK, 1999).

Neack (1999) aponta outras duas incoerências empíricas do modelo de valores liberais. Primeiramente, se existisse uma preocupação legítima com a paz mundial não seriam observados diversos casos onde as tropas em uma missão de paz ainda recebem ordens de seus superiores nacionais e não dos chefes da missão da ONU. Por fim, Neack (1999) questiona o quanto os valores internacionais podem realmente sobrepujar o poder dos interesses nacionais das grandes potências no que se refere a autorização do emprego de operações de paz em suas áreas de influência.

Outra importante vertente dos valores liberais aponta que regimes democráticos teriam maior propensão de participarem de operações de paz. Essa vertente, acompanhando as proposições da teoria da paz democrática, defende que países democráticos teriam maior propensão a fazerem parte de organismos internacionais e de construir um sistema internacional mais pacífico e, conseqüentemente, participarem de operações de paz (SOTOMAYOR, 2010; BELLAMY, WILLIAMS, 2013). Contudo, Sotomayor (2010) aponta que essa corrente está cada vez mais distante da realidade pois ao mesmo tempo que as democracias consolidadas da Europa, América do Norte e Oceania se distanciam cada vez mais das operações de paz, países com regimes ditatoriais e autoritários do mundo subdesenvolvido se tornaram os principais contribuintes de tropas para operações de paz nos últimos anos.

Vale salientar que os valores e normas internacionais também podem constranger os países contribuinte. Mullenbach (2005) aponta que quando existe no sistema internacional uma norma de não intervenção nos assuntos internos de um Estado, isto é, o completo respeito à soberania dos Estados em seus assuntos internos, a ocorrência de operações de paz é menor. Isso mostra como valores e normas internacionais também podem constranger o uso das operações de paz e a respectiva participação dos países. Contudo, o próprio autor afirma que o período pós-Guerra Fria apresenta um processo de relativização do conceito de soberania estatal. Essa relativização da norma internacional vem paulatinamente permitindo que um maior número de operações de paz seja autorizado pelo CSNU, possibilitando a participação de mais países (MULLENBACH, 2005, p. 538).

Por fim, os Estados podem buscar através da participação em operações de paz modificar ou influenciar os valores e normas internacionais. Como afirma Nasser (2012) um dos interesses brasileiros em participar de operações de paz é poder, através do aumento de sua projeção internacional, influenciar na formulação das normas e organismos internacionais. De acordo com o autor, “Na ótica brasileira, influência é poder e a tradução do poder é influência (NASSER, 2012, p. 225).

2.1.2 – O interesse humanitário na corrente liberal

Relacionado com a ideia de que valores importam está a ideia de que a necessidade de ajuda humanitária possa ser a causa dos países se sentirem impelidos a enviarem tropas, observadores e financiarem operações de paz.

De acordo com Rost e Greig (2011), uma das forças que influenciam os países a participarem de operações de paz em guerra civil é a necessidade humanitária do conflito, isto é, quanto maior o sofrimento humano em determinado conflito maior a chance dos países contribuírem para operações de paz. Trabalhando com o conceito de emergência humanitária (genocídio, politicídio, fluxos intensos de refugiados, casos com elevado grau de sofrimento humano), os autores afirmam que nesse tipo de situação tanto países vizinhos quanto distantes podem sentir-se obrigados a participar de operações de paz. Se por um lado os países vizinhos têm um interesse direto em resolver a crise, principalmente em casos de fluxo de refugiados para o interior de seus próprios Estados, por outro, países distantes podem sofrer pressões internas e internacionais para que forneçam ajuda.

Em relação a esse último apontamento, Bove e Elia (2011), assim como Rost e Greig (2011), apontam a importância das pressões da mídia e dos grupos de pressão para que países distantes contribuam para operações de paz. No caso da mídia, o ‘efeito CNN’ tem capacidade de modificar ações de política externa dos governos por conta da força que as imagens dos conflitos e do conseqüente sofrimento humanitário tem na opinião pública gerando pressão sobre os tomadores de decisão.

Esse tipo de preocupação humanitária está intrinsecamente relacionado com uma mudança de interpretação dos conceitos de soberania estatal sobre assuntos internos e o aumento da importância dos direitos humanos no âmbito internacional. Em suma, países que contribuem para operações de paz motivados por questões de urgência humanitária creem que a ações militar é a única forma, ao menos no caso específico, de se resolver uma situação de crise humanitária (ROST, GREIG, 2011, p. 174-75).

Dentro da literatura brasileira sobre o assunto, essa temática pode ser relacionada ao conceito de ‘diplomacia solidária’ definida por Seitenfus (2006) como uma ação coletiva regida pela ONU “feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e

movidos unicamente por um dever de consciência (SEITENFUS, 2006, p. 8 – grifo nosso).

O conceito de ‘diplomacia solidária’ passou a ser largamente utilizada na literatura a partir de 2004 com o início da participação brasileira na MINUSTAH (AGUILAR, 2015). Como afirma o próprio Seitenfus (2006), no caso haitiano não havia interesses materiais ou estratégicos brasileiros em relação ao país caribenho, muito menos pressão interna para que o Brasil desse fim ao sofrimento da população haitiana. O que houve foi uma ação própria do governo brasileiro em querer ajudar um país que sofria com graves problemas sociais e políticos.

Nasser (2012), por sua vez, ao descrever o conceito de ‘solidariedade ativa’ (muitíssimo similar ao conceito anterior) afirma que ações internacionais brasileiras no período não estão deslocadas dos interesses pragmáticos brasileiros em fomentar o multilateralismo e as relações bilaterais dos países. Na realidade, segundo o autor, essas motivações pragmáticas do Brasil estão associadas a uma ideia de responsabilidade brasileira em fornecer ajuda internacional para povos e países necessitados.

Como visto acima, parece claro que o conceito de ‘diplomacia solidária’ ou ‘solidariedade ativa’ da diplomacia brasileira está relacionado a um período específico, a partir de 2004 com a MINUSTAH. Não obstante, Verenhitach (2008, apud Gonçalves, 2013) evidencia que a ideia de ‘diplomacia solidaria’ estaria inserida na própria Constituição de 1988 onde se afirma que as relações do Brasil com o exterior seriam pautadas pela “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Nesse sentido, a ideia central da ‘diplomacia solidária’ já existiria desde o fim da década de 1980 como um valor moral, que se por um lado influenciava as posições brasileiras em política externa, por outro só viria a ser explorado na prática com a MINUSTAH (VERENHINTACH, 2008, apud GONÇALVES, 2013). Essa interpretação, de certa forma, permite o questionamento se as participações brasileiras nas operações na década de 1990, como aquelas em Moçambique e Angola, já não estariam sendo influenciadas por uma ação solidária e altruísta do país frente a necessidade humanitária de outros povos.

2.2 – A corrente realista

A outra corrente da perspectiva sistêmica é a corrente realista. Como explica Laura Neack (1999), a base da explicação realista sobre as motivações dos Estados em participarem de operações de paz é que os Estados “*do whatever they can, to protect and preserve their national interest*” (NEACK, 1999, p. 184).

Os Estados que contribuem para operações de paz almejarão a perpetuação e proteção do *status quo* internacional, isto é, o seu interesse nacional está intrinsecamente relacionado com a continuação do *status quo* vigente. As potências médias teriam grande importância pois, uma vez que foi nesse sistema que essas potências conseguiram alcançar uma posição de relativo destaque, elas teriam maior interesse em querer mantê-lo (NEACK, 1999). A participação em operações de paz seria o meio encontrado pelas potências médias para de ter maior autoridade e respeito nas questões de segurança internacional mesmo sem ter os recursos e poder das grandes potências (SOTOMAYOR, 2010, p. 169).

A relação entre potências médias e as operações de paz pode também abarcar potências emergentes. Como afirma Neack (1999), potências médias não-ocidentais como Brasil e Índia, assim como países menores e pobres, na visão realista, também participariam de operações de paz visando a manutenção do *status quo*, mesmo que ele não responda a todos os seus interesses. Percebendo a impossibilidade de modificar todo o sistema a seu favor, esses países procuram inserir-se dentro do próprio sistema para alcançar seus interesses e com isso melhorar sua posição. Assim, “*participation in UN peace-keeping can derive from an interest in protecting the international system and the participant states current or desired position in that system*” (NEACK, 1999, p. 184).

Partindo dessa concepção realista, é possível dividir esses dois grandes grupos de motivações: o primeiro grupo trata das motivações relacionadas à busca por maior inserção internacional dos países através das operações de paz, nesse sentido, destacam-se a busca por *status* internacional e maior inserção nos mecanismos de paz e segurança internacionais; o segundo grupo trata dos interesses materiais dos Estados, isto é, interesses geoestratégicos e aqueles relacionados a acesso a mercados através da melhoria das relações bilaterais com países e regiões que recebem as operações.

2.2.1 – A inserção internacional na corrente realista

Como já visto acima, um dos objetivos dos países em participar de operações de paz seria a manutenção do *status quo* internacional e, principalmente, a proteção ou ascensão da posição desses países dentro desse sistema (NEACK, 1999; SOTOMAYOR, 2010). Quando essa inserção ocorre através das operações de paz, ela está intrinsecamente relacionada com as questões de paz e segurança internacional. Assim, ao contribuir para operações de paz, os países buscam ter mais voz e influência nos organismos que tratam de paz e segurança internacional, como o Conselho de Segurança.

Em relação ao CSNU, tanto a literatura mais geral quanto a literatura brasileira, apontam que a busca de alguns países, inclusive o Brasil, em se tornar um membro permanente do conselho é um dos objetivos principais para a participação nessas missões.

Bove e Elia (2011), levantam a possibilidade de que países candidatos a um assento permanente no CSNU teriam maior interesse em participar de operações de paz. Segundo os autores, esses possíveis candidatos acreditam que as operações de paz possam ser um meio de fomentar sua posição no sistema internacional e, com isso, fortalecer sua candidatura ao Conselho. Contudo, se por um lado há significância estatística na relação entre possíveis candidatos e a contribuição para operações de paz, por outro, ser ou não membro não-permanente no Conselho não gera uma correlação com participação em operações de paz.

No caso brasileiro, a busca por um assento no Conselho de Segurança é constantemente trazida para explicar o interesse do país com as missões de paz. Como apontam Hamann (2015), Bracey (2010) e Aguilar (2015), a contribuição brasileira em operações de paz está, antes de mais nada, relacionada ao apoio do país ao multilateralismo como forma de inserção internacional. Surge a dúvida, contudo, se esse apoio ao multilateralismo é baseado em um apoio aos valores internacionais ou, como afirmado acima, em uma adequação das capacidades materiais do país frente as grandes potências tornando o apoio ao multilateralismo uma saída pragmática para as pretensões internacionais do país.

Em relação ao Conselho de Segurança, propriamente dito, Aguilar (2015) afirma que “A partir da década de 1990, o aumento da presença brasileira nas missões de paz

pode ser relacionado com o pleito por um assento permanente no CSNU” (AGUILAR, 2015, p. 125), período no qual o Brasil retoma, no governo Itamar Franco, sua histórica demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança.

Também analisando as contribuições brasileiras em missões de paz, Djuan Bracey (2010) correlaciona o interesse brasileiro por maior prestígio internacional com a busca pelo assento permanente. Como afirma o autor, o interesse pelo CSNU visa garantir “ao Brasil maior peso regional da América Latina e uma forte presença nos assuntos militares e econômicos internacionais” (BRACEY, 2010, p. 316). Não obstante, Nasser (2012) lembra que por mais que a literatura sempre correlacione a participação brasileira em operações de paz como uma espécie de credenciamento brasileiro o Conselho, essa correlação não é ratificada pelo Ministério das Relações Exteriores ou pela Presidência, principalmente no caso da operação de paz no Haiti, onde o multilateralismo e as questões humanitárias eram geralmente elencadas como razões da participação do país.

Como afirmado na introdução, quando se analisa a inserção internacional através dessa lógica realista, as operações de paz se tornam instrumentos, meios a serem utilizadas pela política externa, brasileira inclusive, em busca por maior ascensão global. Como afirma Miyamoto (2008) através das operações de paz o Brasil procura apresentar-se como importante membro da comunidade internacional objetivando lugar de destaque; não há um espírito de solidariedade, mas sim, um “raciocínio pragmático de custos e benefícios, qual o lucro a ser obtido, e o que poderá ser reivindicado em nome de sua presença em terras estrangeiras, fazendo uso utilitarista de sua política. (MIYAMOTO, 2008, p. 365).

2.2.2 – Interesse Material na corrente realista

Além da busca por inserção internacional, seja através do multilateralismo ou por um assento no CSNU, os pesquisadores da área também apontam interesses e objetivos materiais específicos que os países almejam quando participam de operações de paz.

A correlação entre interesses materiais e operações de paz pode ser encontrada desde autorização das operações de paz pelo CSNU. Como aponta Neack (1999), é possível perceber que as operações de paz são autorizadas em países e regiões ou onde

não existe interesse particular das grandes potências mundiais (membros permanentes do CSNU) ou quando esses países permitem que haja tal tipo de intervenção internacional. Desse modo, a própria autorização de uma operação de paz já é uma disputa de interesses particulares das grandes potências.

Contudo, não são apenas as grandes potências que tem interesses materiais/particulares em relação às operações de paz. Como apontam Rost e Greig (2011) e Bove e Elia (2011), existem interesses de segurança que podem levar os países a contribuírem para operações de paz. Segundo esses autores, Estados vizinhos a países com graves conflitos ou crises humanitárias tem maior propensão a contribuírem nessas operações de paz. A preocupação com possíveis *spillovers*, isto é, o transbordamento de conflitos e crises para países da mesma região forçaria determinados Estados, (preocupados em evitar fluxos de refugiados para seus países, por exemplo) a participarem de missões objetivando finalizar as crises ou conflitos nos vizinhos.

Países vizinhos ainda teriam interesse de aumentar seu grau de influência na própria região e nos países que recebem missões de paz ou querer evitar que outros países tenham algum tipo de influência na sua própria região, para isso a participação em operações de paz responderia a um interesse particular desses Estados em fomentar ou manter sua influência regional (ROST, GREIG, 2011; BOVE, ELIA, 2011).

Mullenbach (2005), por sua vez, aponta uma questão geoestratégica: a existência de alianças militares e a influência de grandes potências nos conflitos. De acordo com o autor, a existência de uma aliança militar entre um Estado em crise e uma potência mundial ou regional inibiria a participação de outros países em uma operação de paz nesse país; a ideia aqui é que a aliança militar torna o país uma zona de influência da potência o que se por um lado inibe a participação de outros países na operação de paz, por outro obriga a potência a utilizar sua influência política para resolver a situação.

Interessante notar também que o aprofundamento de relações bilaterais é considerado um dos interesses materiais mais levantados na literatura que levariam os países a contribuírem para essas operações, nesse sentido, “*states with importante political, social, and economic interests in a civil war country have clear incentives to intervene militarily to protect those interests*” (ROST, GREIG, 2011, p. 174). Os autores exemplificam esses interesses como a existência de um passado colonial entre os países,

relações étnicas comuns e aprofundamento de trocas comerciais entre os países. Com exceção das relações étnicas comuns, os outros dois pontos podem ser úteis para um melhor entendimento do caso brasileiro.

Seguindo na argumentação, Rost e Greig (2011) apontam que um passado colonial comum produziria um ‘interesse histórico’ que fomentaria a participação em operações de paz. Os autores exemplificam através das relações entre antigas metrópoles e colônias, isto é, haveria ainda um ‘senso de responsabilidade’ que levaria antigas metrópoles, como França e Reino Unido, a participarem de operações em antigas colônias. O caso brasileiro não se encaixaria nessa explicação pois o país não foi um colonizador. Contudo, talvez seja possível argumentar a existência de um ‘passado colonial comum’ entre ex-colônias, no caso o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), todos colonizados por Portugal, o que gerou um estreitamento de laços entre eles, fazendo crescer o interesse estratégico brasileiro nesses países. Nesse sentido, Sotomayor (2010) ressalta a importância das relações culturais como a grande população brasileira de origem africana o que, de certa forma, cria uma relação moral entre os dois lados do Atlântico, fundamentando o grande número de participações brasileiras em operações de paz no continente africano durante a década de 1990.

Outros autores defendem que o interesse da participação brasileira em operações de paz está relacionado a questões mais materiais das relações bilaterais com os países e regiões nas quais as missões são empregadas. Ao invés de se basearem em uma questão cultural ou histórica, muitos autores valorizam uma perspectiva mais pragmática e voltada a questões econômicas e políticas (HAMANN, 2015; UZIEL, 2015).

Mesmo dando espaço para o relacionamento histórico entre Brasil e África, Sotomayor (2010), citado acima, defende a ideia de que os interesses econômicos brasileiros na busca por mais mercados na África foram importantíssimos para motivar o envio de tropas para o continente durante a década de 1990. Segundo o autor, o Brasil buscava aumentar seu acesso aos mercados africanos e asiáticos para poder vender seus bens manufaturados e sua produção bélica. Essa questão comercial é retomada por Uziel (2015) ao revelar que a promoção do comércio e dos investimentos brasileiros nos países e regiões que recebem as operações de paz é um dos tópicos mais presentes em

documentos oficiais do Governo Federal e Congresso Nacional quando da aprovação de envio de tropas ou observadores para missões de paz.

Politicamente, Aguilar (2015) sugere que essa intensa participação brasileira em operações de paz em Moçambique, Angola e Timor Leste, além de condicionadas por uma história e língua comum, “podem indicar também, o interesse brasileiro de projetar poder no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (AGUILAR, 2015, p. 126). Essa correlação descrita por Aguilar (2015) é de extrema relevância para se entender os interesses e objetivos do Brasil em enviar tropas a esses países durante a década de 1990, período no qual a CPLP está em formação, contudo, falta pesquisa empírica que confirme essa correlação.

3 – A Análise de Política Externa e a participação dos países em operações de paz

Na seção anterior, explanou-se sobre como perspectivas sistêmicas poderiam explicar os interesses, objetivos e motivações dos Estados em participar de operações de paz. Nesse sentido, os modelos liberal e realista apontaram diversos caminhos possíveis para explicar essa participação, seja por uma urgência humanitária ou a busca por interesses nacionais econômicos ou estratégicos. Ocorre que estes modelos não são os únicos que tentam explicar por que os países de forma voluntária dispõem a contribuir com operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

Buscando preencher as lacunas que as perspectivas sistêmicas deixaram, a Análise de Política Externa (APE) traz novos atores e caminhos, muitas vezes no interior dos Estados Nacionais, capazes também de dar luz à pergunta do central do texto. Em outros termos, ao não considerar o Estado como um todo uníssono e adentrando nos diversos atores nacionais, a APE inova ao trazer importantes contribuições para o entendimento da tomada de decisão em política externa.

Nesse sentido, serão apresentadas várias formas de como essa literatura busca responder as motivações estatais frente as missões de paz: análise das burocracias estatais; o papel da opinião pública e da mídia; a importância do perfil da liderança; e o papel do parlamento no processo decisório.

3.1 – A análise das burocracias estatais

A análise das burocracias estatais em relação aos interesses e objetivos dos países em participar das operações de paz pode ser compreendido de duas formas. A primeira trata do relacionamento entre as distintas burocracias do Estado e como elas disputam influência e poder dentro do aparato estatal. A segunda forma busca observar quais são os interesses particulares de cada burocracia e como elas influenciam na tomada de decisão dos governos em participar de determinada missão. Em larga medida, a literatura trata principalmente dos militares, dos governos centrais, das agências diplomáticas estatais e a interação entre elas.

Em relação à interação entre as agências burocráticas, Kathman e Melin (2017) apontam que a disputa por verbas governamentais tem grande importância, principalmente para países pobres, em participar de operações de paz. A participação em operações de paz, nesse sentido, buscaria resolver o dilema do ‘*guns versus butter*’, isto é, o *trade-off* existente, principalmente em países pobres, na alocação de recursos estatais escassos na área militar ou nas demais políticas públicas. Nesse dilema, as Forças Armadas exerceriam uma pressão tão grande sobre o orçamento que os Estados buscariam constantemente formas de aliviar essa pressão; no caso, ao enviar tropas para operações de paz, esses países conseguem treinar, equipar e pagar os salários de seus soldados através das Nações Unidas, sem precisar utilizar a receita estatal que, dessa maneira, ficaria disponível para ser usada em assuntos civis (KATHMAN, MELIN, 2017).

Outra questão levantada por Kathman e Melin (2017) é em relação à preocupação com a influência do aparato militar em relação aos assuntos internos e políticos dos Estados. Como afirma os autores, em países instáveis a primeira ameaça ao controle do Estado vem do exército, isto é, existe uma preocupação constante com possíveis golpes militares o que gera uma tensão entre civis e militares. Por conta disso, haveria uma predisposição desses governos de enviarem tropas para operações de paz distantes de seus países para que a ameaça de um golpe diminua. O que ocorre, geralmente, é que tropas e oficiais tidos como ‘perigosos’ são enviados por longos períodos para fora dos países como forma de se evitar um golpe. Portanto, as operações de paz se tornam também uma estratégia de prevenção aos golpes de Estados.

Sotomayor (2010), por sua vez, inova ao defender a ideia de que a contribuição para operações de paz depende do tipo de doutrina militar existente nos países e do tipo de relação entre militares e diplomatas em relação a assuntos internacionais. O autor propõe três diferentes modelos de doutrinas militares e integração entre burocracias.

O primeiro modelo é o de “Doutrinas Militares Externamente Orientadas e Políticas Burocráticas Integradas” no qual as forças armadas têm como principal função a proteção do país contra ameaças externas. Segundo Sotomayor (2010), forças armadas que seguem essa doutrina são mais favoráveis a participarem de operações de paz por conta da experiência e treinamento adquiridos durante a missão. A relação entre militares e diplomatas, nesse modelo, é boa pois tendem a ter uma noção similar acerca dos objetivos internacionais do país, o que favorece a participação do país em missões de paz.

O segundo modelo é o de “Doutrinas Militares de Segurança Nacional e Políticas Burocráticas Segregadas”. Aqui, as forças armadas estão mais voltadas para os assuntos internos do Estado como combate às drogas, protestos, revoltas, movimentos insurgentes, entre outros. Como a preocupação está centrada nos assuntos internos, os militares tendem a ver as operações de paz como uma tentativa dos civis em retirá-los de sua função de proteção da segurança nacional. Além disso, não consideram positivos os benefícios materiais das operações paz, uma vez que sua preocupação é basicamente nas questões nacionais. De acordo com Sotomayor (2010), a relação entre civis e militares nessa doutrina não é boa pois há divergência sobre a importância dos assuntos internacionais.

O terceiro e último modelo é o de “Doutrinas Militares Mistas e Políticas Burocráticas Semi-Integradas”. Como o próprio nome sugere, os militares nessa doutrina possuem tanto funções de proteção contra ameaças externas com também em relação à segurança nacional. Nesse caso, a relação com os civis existe, mas é fraca, havendo coordenação em questões específicas. Em relação às operações de paz, o autor afirma que militares que seguem essa doutrina mista tendem a participar dessas missões de forma limitada, isto é, não enviam uma quantidade grande de tropas para muitas missões.

Cabe destacar que Sotomayor (2010) afirma que o Brasil se encaixa nesse último modelo. Assim, as forças armadas brasileiras teriam preocupação tanto externas quanto internas e sua relação com o Ministério de Relações Exteriores seria boa, mas não completa. Em relação às operações de paz, o autor afirma que ambas as burocracias veem

com bons olhos a participação brasileira em operações de paz, contudo, as forças armadas têm capacidade de recusar participar de missões quando não se vê capacitada para tal; no caso o autor cita o exemplo da operação de paz na Namíbia, em 1991, na qual havia apoio do Itamaraty, mas foi recusada pelas Forças Armadas.

Percebe-se nessas análises, que a forma como as Forças Armadas, os diplomatas, e até mesmo o governo central dos países se relacionam pode condicionar a participação ou não do país em operações de paz. Contudo, como afirma Sotomayor (2010), entender o relacionamento entre burocracias não retira a importância central que os interesses, os valores, as normas, a busca por prestígio ou outras aspirações internacionais do país tem na autorização da participação em uma operação de manutenção da paz (SOTOMAYOR, 2010, p. 193).

Entendida a relevância da interação entre as burocracias, é preciso compreender quais os objetivos e interesses particulares das Forças Armadas e da Diplomacia.

Em relação às Forças Armadas em geral, Bobrow e Boyer (1997) apontam que dentre os bens privados que os países que contribuem para operações de paz podem receber estão o financiamento das Nações Unidas através do pagamento dos salários aos soldados, prover novos equipamentos às Forças Armadas e treinamento internacional das tropas. Em relação ao Brasil, Aguilar (2015) afirma que as Forças Armadas têm interesses particulares que levariam os militares a apoiarem o envio de tropas para operações de paz. O autor indica sete pontos importantes para Forças Armadas: 1) adestramento da tropa; 2) renovação do equipamento através do reembolso das Nações Unidas; 3) vencimentos superiores àqueles praticados internamente; 4) projeção internacional da qualidade do exército brasileiro; 5) consolidação das Forças Armadas como âncora da política externa brasileira na promoção da paz e da solução pacífica dos conflitos; 6) aprimoramento dos conhecimentos culturais da tropa brasileira ao manter relações com culturas distintas; e 7) aprimoramento da doutrina militar através do convívio com outras tropas (AGUILAR, 2015, p. 127).

Em relação ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil – Itamaraty, pode-se afirmar que seus interesses se confundem com os pontos já citados na corrente realista, o que revela um teor realista da política externa nacional.

De forma esquemática, é possível argumentar que o Itamaraty, como afirma Miyamoto (2008) utiliza as operações de paz como um instrumento para alcançar determinados objetivos de política externa. Nesse sentido, as operações de paz não trariam benefícios por si só, como no caso dos militares, mas através das conquistas políticas e econômicas oriundas da participação brasileira. Nesse sentido, é possível, esquematicamente, verificar que o Itamaraty possui dois interesses centrais com as operações de paz: 1) Fortalecer sua posição no multilateralismo internacional, sendo a demanda por um assento permanente no CSNU o principal objetivo; e 2) Fomentar as relações bilaterais com os países e regiões que recebem as operações, tanto economicamente através da abertura de mercados, seja através do fortalecimento dos contatos políticos como é o caso da CPLP, como foi visto na seção anterior.

3.2 – O papel da Opinião Pública e da Mídia

Como visto nas seções anteriores, a mídia e a Opinião Pública têm a capacidade de pressionar os governos a contribuir para operações de paz. Nesse sentido, o ‘Efeito CNN’ (a transmissão ao vivo de cenas de conflitos e de sofrimento humano) é o fenômeno mais conhecido de como a mídia pode incentivar um país a contribuir para uma missão de paz.

No caso brasileiro, o papel da mídia no processo de tomada de decisão em relação às operações ainda é pequeno. Como demonstram as análises feitas por Plessmann (2009) e Grave (2013) a mídia passou a ter papel relevante a partir da MINUSTAH. A partir da análise de jornais de grande circulação nacional (Folha de São Paulo e Estado de São Paulo), as autoras concluem que ambos os jornais deram bastante atenção ao tema da operação de paz no Haiti. Grave (2013) argumenta que os jornais ratificaram os pontos defendidos pelo Itamaraty como a questão humanitária, fomento ao multilateralismo, e a demanda por um assento permanente no CSNU.

Contudo, se por um lado o papel na mídia parece ter a função de esclarecer a população e, no caso do Haiti, criar um apelo positivo em relação à operação, por outro, não há indícios de que a nem a mídia nem a opinião pública tenham no Brasil força

suficiente para modificar o processo decisório que ainda é muito restrito às Forças Armadas, Itamaraty, e Presidência da República (KENKEL, 2013b).

3.3 – O Perfil da Liderança

Dentro das análises de política externa é comumente apontado a importância do perfil da liderança na tomada de decisão em política externa. A depender de como é estruturada a política externa do país ou a depender do tema, as lideranças políticas podem ter maior ou menor liberdade de influência.

No caso das operações de paz, a concentração do processo decisório entre Forças Armadas, Itamaraty e Presidência da República permitem que os líderes tenham maior ação no processo decisório. Como afirma Kenkel (2011), o processo decisório brasileiro para envio de tropas em missões de paz “é bastante maleável no tocante às personalidades desempenharem um papel exacerbado, seja acelerando o processo ou mantendo-o refém” (KENKEL, 2011, p. 21).

Seguindo esse princípio, Kenkel (2011) aponta a relevância do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a participação brasileira em operações de paz durante os anos 2000. Parece razoável considerar que o perfil dos presidentes e chanceleres anteriores também tenham importância para a aprovação da contribuição brasileira para operações de paz. No caso, por exemplo, da aprovação da participação brasileira na ONUMOZ em Moçambique e UNAVEM III em Angola, durante a presidência de Itamar Franco, deve ser considerado o perfil de seus chanceleres, FHC e Celso Amorim, uma vez que estes tomaram a dianteira da política externa no período. Dessa forma, não apenas o Presidente da República é relevante, mas os chanceleres também podem ter papel de destaque nessa perspectiva.

3.4 – O Congresso Nacional

No Brasil, o processo de aprovação do envio de tropas para operações de paz dá ao Congresso Nacional importante função. Após as Forças Armadas confirmarem o interesse e a disponibilidade de tropas treinadas para a missão; após o Itamaraty confirmar

o interesse internacional; e a Presidência da República verificar a existência de um ambiente político interno favorável; cabe ao Congresso Nacional aprovar a participação na operação de paz pois é dever constitucional do parlamento autorizar qualquer envio de tropas brasileiras ao exterior (UZIEL, 2015). Formalmente, portanto, o Congresso Nacional detém poder de veto nesse processo decisório. Contudo, apenas recentemente o parlamento parece estar mais ativo nas discussões acerca do tema.

Como demonstram os arquivos do Congresso, durante a aprovação do envio de tropas brasileiras para Moçambique e Angola, o papel dos congressistas foi apenas protocolar, isto é, não houve discussões ou debates aprofundados sobre as motivações, interesses e objetivos do país em contribuir para esse mecanismo de paz e segurança da ONU (CONGRESSO NACIONAL a, 1994; CONGRESSO NACIONAL b, 1994).

Esse panorama se modificou drasticamente quando da aprovação do envio de tropas ao Haiti em 2004. Nesse momento, observa-se um intenso debate no congresso havendo discussões tanto entre a base governista (apoiando a participação na MINUSTAH) e a oposição (contra o envio de tropas); como também no interior dos partidos como no caso do Partido dos Trabalhadores no qual havia discordância entre congressistas acerca do tema (CAMARA DOS DEPUTADOS a, 2004; CAMARA DOS DEPUTADOS b, 2004; SENADO FEDERAL a, 2004; SENADO FEDERAL b, 2004)

Dessa maneira, por mais que se entenda que o papel do Congresso Nacional vem adquirindo maior relevância, parece claro que essa atuação não é recorrente para todas as operações ou em toda história de participação brasileira. Se na MINUSTAH seu papel foi fundamental, na análise específica da aprovação brasileira para as operações em Moçambique e Angola, o papel do Congresso foi tão tímido que outros atores, como as burocracias e o perfil da liderança, detêm mais peso explicativo.

4 – Conclusão: em busca de um modelo explicativo

Nas seções anteriores foram elencadas as principais motivações e objetivos presentes na literatura que buscam explicar o porquê dos países, e o Brasil em especial, contribuírem com tropas e observadores militares para operações de paz das Nações

Unidas. Cabe agora refletir qual ou quais dessas correntes explicativas são ideais para explicar as motivações brasileiras em participar desse tipo de missão.

Ao longo do texto, demonstrou-se que existem possibilidades e limites de aplicabilidade tanto nas explicações sistêmicas quanto naquelas vinculadas à APE. Em relação às correntes sistêmicas, por mais que exista uma inclinação na utilização das proposições realistas para o caso brasileiro, principalmente referindo-se à busca do assento permanente no CSNU, a formulação do conceito de “diplomacia solidária” demonstra que existe espaço para interpretações liberais em relação à contribuição brasileira para missões de paz.

Sobre as perspectivas de APE, duas considerações são importantes. Primeiramente, é evidente que cada uma das questões elencadas nesse âmbito tem capacidade de influenciar na tomada de decisão brasileira em participar ou não de operações de paz, contudo, o papel da mídia, da opinião pública e do Congresso Nacional só passam a ser relevantes a partir da operação de paz no Haiti. Assim, tais variáveis são datáveis e por isso não tendem a ser importantes na análise de operações anteriores à 2004, como no caso das operações em Moçambique e Angola nos anos 1990. Além dessa questão temporal, parece claro, como afirma Sotomayor (2010), que essas explicações relacionadas aos processos internos dos Estados e seus atores não tem autonomia de explicar isoladamente as motivações dos Estados em contribuir para operações de paz. Não se pode negar sua importância, mas elas estão vinculadas a interesses e valores do Estado que devem ser levados em consideração para a compreensão desses objetivos.

Dessa forma, questiona-se: é possível escolher apenas uma das correntes sistêmicas e/ou determinados pontos da APE para se explicar por que o Brasil envia tropas e observadores para operações de paz? Não. A análise dos pontos levantados durante o texto leva a concluir que não é possível selecionar apenas uma explicação e utilizá-la para entender o comportamento brasileiro. E isso se deve a duas razões: o modo como as explicações elencadas no texto tendem a explicar os objetivos dos Estados; e como o processo decisório brasileiro está formulado.

De acordo com Bellamy e Williams (2013) as correntes realista, liberal, dos bens públicos e das burocracias, fornecem importantes reflexões (*insights*) para se compreender a contribuição dos Estados para operações de paz mas não garantem

relações causais. De acordo com os autores, a lógica realista torna-se relevante ao se basear nos interesses materiais e prestígio, mas não é capaz de explicar a totalidade das contribuições dos Estados e, principalmente, é incapaz de explicar o porquê de dois Estados semelhantes, com a mesma pretensão de poder, terem comportamentos distintos em relação às operações de paz. A corrente liberal também falha na relação causal principalmente no que tange à associação entre democracias e participação em operações de paz, isto é, falha em explicar por que atualmente as democracias consolidadas da Europa e América do Norte se distanciam das operações de paz enquanto que são os países pobres e autoritários do sul os maiores contribuintes de tropas para operações de paz. E por fim, por mais que reconheçam a relevância das burocracias, concordam com Sotomayor (2010) sobre dificuldade de utilizar apenas esse mecanismo para explicar a ação dos Estados e mostram as dificuldades de aplicar aos modelos de doutrinas militares em todos os países (BELLAMY, WILLIAMS, 2013).

Bellamy e Williams (2013) afirmam que a dificuldade dessas grandes correntes em gerar relações causais que expliquem as motivações e os objetivos dos Estados em participar das operações de paz está em não perceber que as decisões em política externa em relação ao tema estão condicionadas à conjuntura na qual o processo decisório está inserido e são afetadas por múltiplas variáveis. Assim, cada decisão em contribuir ou não está sujeita a variáveis com força diferentes. Mais do que apontar qual teoria ou corrente é a melhor, os autores defendem ser necessário considerar todos os *insights* oriundos da literatura e verificar o grau de relevância deles para a análise do caso questão para, com isso, construir um panorama que melhor explique o que leva um Estado a contribuir para uma operações de paz específica.

Ao defenderem que o processo decisório em contribuir para missões de paz é feito caso à caso pelos Estados, Belammy e Williams (2013), dialogam diretamente com parte da literatura brasileira que afirma que no Brasil o processo de decisão para participação em operações de paz também é *ad hoc*. De acordo com Aguilar (2015):

(...) os governos brasileiros se mostram avessos a arranjos pré-estabelecidos, preferindo decidir caso a caso em quais missões e como participar, num exercício de decisão soberana de acordo com seus interesses. Mesmo fazendo parte do sistema de pronto emprego da ONU, a presença em alguma operação só ocorrerá após análise da pertinência

pelos órgãos responsáveis e a aprovação do governo e do congresso nacional. (AGUILAR, 2015, p.128 – grifo nosso)

De forma similar, Kenkel (2013) ao argumentar que não há no processo decisório brasileiro critérios claros de escolha das operações nas quais o país almeja participar afirma que “*decisions remain reactive and vary according to calculations of short-term political expediency*” (KENKEL, 2013, p. 4).

Portanto, uma vez que reconhece-se a incapacidade dos modelos presentes na literatura de explicarem isoladamente a contribuição estatal para operações de paz e que, o processo decisório brasileiro se dá de maneira *ad hoc*, chega-se à conclusão de que a melhor maneira de se entender os objetivos e motivações do Brasil em participar de operações é através da observação do processo decisório específico da operação que se deseja estudar, e não aglutinar todas as participações em uma mesma análise *ex post facto*.

Dessa maneira, deve-se associar os elementos que a literatura apresenta com a conjuntura política, econômica e social do período, compreendendo a tomada de decisão dentro de um escopo maior da política externa brasileira.

Bellamy e Williams (2013), estruturando a literatura acima analisada, propõe que sejam observadas cinco lógicas nessa análise: a lógica política (busca por prestígio, inserção nos organismos internacionais, assento no CSNU); a lógica econômica (reembolso da ONU, aumento do orçamento militar); a lógica de segurança (percepção de ameaças à segurança, geopolítica); a lógica institucional (objetivos das Forças Armadas, interação entre as burocracias); e a lógica normativa (solidariedade, promoção da paz). Obviamente que essas lógicas são linhas de raciocínio e tem a capacidade de abarcar diversos dos apontamentos feitos durante o texto.

Posto que a conjuntura é importante para compreender as motivações, além da utilização dessas lógicas, é preciso compreender o estado da política externa do país no período da tomada de decisão. No caso brasileiro, autores como Kenkel (2013b) e Miyamoto (2008) associam a participação brasileira na MINUSTAH como fruto do novo paradigma de política externa do governo Lula da Silva. Isto posto, as análises das demais operações também devem considerar os governos nas quais a tomada de decisão está inserida para assimilar as prioridades e linhas de pensamento da PEB no período; é

necessário, portanto, compreender os paradigmas de PEB do governo Itamar Franco para compreender o envio de tropas brasileiras para Moçambique e Angola, por exemplo.

Em suma, mais do que selecionar uma ou outra corrente explicativa, percebe-se que elas não são mutuamente excludentes e devem ser consideradas em conjunto, avaliando-se a importância e peso explicativo de cada lógica para o caso específico em análise. Sendo o processo decisório feito caso a caso, esta análise deve focalizar o caso concreto, a operação em si, e não aglutinando missões dispersas no tempo. Só dessa forma, aliando os *insights* provenientes da literatura com a compreensão da conjuntura e dos paradigmas inerentes das PEB no período da tomada de decisão é que se pode compreender realmente os objetivos do país em participar de operações de paz.

Bibliografia

AGUILAR, S.L.C. A Participação do Brasil em Operações de Paz: passado, presente e futuro. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 3, n° 2, 2015.

BELLAMY, A.J.; WILLIAMS, P.D. Introduction: The Politics and Challenges of Providing Peacekeepers. In: BELLAMY, A.J.; WILLIAMS, P.D. *Providing Peacekeepers: the politics, challenges, and future of United Nations Peacekeeping Contributions*. Oxford University Press, 2013.

BOBROW, D.B.; BOYER, M.A. Maintaining System Stability: contributions to peacekeeping operations. *The Journal of Conflict Resolution*. Vol. 41, n° 6, 1997.

BOVE, V.; ELIA, L. Supplying peace: participation in and troop contribution to peacekeeping missions. *Journal of Peace Research*, Vol. 48, No. 6, pp. 699-714, 2011.

BRACEY, D. O Brasil e as Operações de Manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. *Revista Contexto Internacional*, vol. 33, n. 2, jul/nov. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS a. *Diário da Câmara dos Deputados*. Ano LIX – n° 078 – quinta-feira, 13 de maio de 2004 – Brasília, DF.

CÂMARA DOS DEPUTADOS b. *Diário da Câmara dos Deputados*. Ano LIX – n° 079 – sexta-feira, 14 de maio de 2004 – Brasília, DF, p. 22030-22049.

CONGRESSO NACIONAL a. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XLIX – n° 24 – sexta-feira, 4 de março de 1994 – Brasília, DF, p. 1054-1056

CONGRESSO NACIONAL b. *Diário do Congresso Nacional*. Ano XIX – n° 185 – quarta-feira, 7 de dezembro de 1994 – Brasília, DF.

FONTOURA, P. R. C. T. *Brazil: 60 years of Peacekeeping Operations*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha (SDM), 2011.

FONTOURA, P. R. C. T. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2005.

GONÇALVES, I.A. A academia em luta: o debate na literatura sobre a participação do Brasil na MINUSTAH. *I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política – Interfaces da Ciência Política*. Universidade Federal de São Carlos, 2013.

GRAVE, J. P. *A MINUSTAH e a Mídia: a relação entre o discurso midiático e a constituição da política externa brasileira para o Haiti*. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

HAMANN, E.P. *A Força de uma Trajetória: o Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)*. Instituto Igarapé. Nota Estratégica nº 19. 2015.

KATHMAN, J.D.; MELIN, M.M. Who Keeps the Peace? Understanding State Contributions to UN Peacekeeping Operations. *International Studies Quarterly*. Vol. 61. 2017.

KENKEL, K. M. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. nº 56. P. 122-143. 2013.

KENKEL, K.M. Brazil. In: BELLAMY, A.J.; WILLIAMS, P.D. *Providing Peacekeepers: the politics, challenges, and future of United Nations Peacekeeping Contributions*. Oxford University Press, 2013 b.

KENKEL, K.M. Interesses e Identidade na participação do Brasil em operações de paz. *Revista Tempo do Mundo*. Brasília, 2011.

MILANI, C.R.S.; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*. Vol. 35, no 1, Rio de Janeiro, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MIYAMOTO, S. A Política Externa brasileira e as Operações de Paz. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Vol. 98. P. 362-394. 2008.

MULLENBACH, M.J. Deciding to Keep Peace: An analysis of international influences on the establishment of third-party peacekeeping missions. *International Studies Quarterly*, Vol. 49, No. 3. 2005.

NASSER, F. Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. (Orgs.). *O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. Brasília: Ipea, 2012, P. 213-241.

NEACK, L. UM Peace-Keeping: in the interest of community or self? *Journal of Peace Research*, Vol. 32, No. 2, p. 181-196, 1995.

PLESSMANN, J.F. *A construção midiática de percepções: o caso do Haiti e da MINUSTAH no Jornal Folha de S. Paulo (2004-2008)*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2009.

ROST, N.; GREIG, M.J. Taking matters into their own hands: Na analysis of the determinants of state-conducted peacekeeping in civil wars. *Journal of Peace Research*, Vol. 48, No. 2, 2011.

SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. *Carta Internacional*. 2006.

SENADO FEDERAL a. *Diário do Senado Federal*. Ano LIX – nº 075 – quinta-feira, 13 de maio de 2004 – Brasília – DF.

SENADO FEDERAL b. *Diário do Senado Federal*. Ano LIX – nº 080 – quinta-feira, 20 de maio de 2004 – Brasília, DF, p. 15246 -15268.

SOTOMAYOR VELÁZQUEZ, A.C. Why Some States Participate in UN Peace Missions While Others Do Not: An Analysis of Civil-Military Relations and Its Effects on Latin America's Contributions to Peacekeeping Operations. *Security Studies*. 2010.

UZIEL, E. *O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas*. 2ª Edição. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2015.